



## MP denuncia vereadores e ex-vereadores de Guarulhos por desvio de verbas

Normal

0

21

false

false

false

MicrosoftInternetExplorer4

st1:\*{behavior:url(#ieooui) }

</style</style

/\* Style Definitions \*/

table.MsoNormalTable

{ mso-style-name:"Tabela normal";

mso-tstyle-rowband-size:0;

mso-tstyle-colband-size:0;

mso-style-noshow:yes;

mso-style-parent:"";

mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;

mso-para-margin:0cm;

mso-para-margin-bottom:.0001pt;

mso-pagination:widow-orphan;

font-size:10.0pt;

font-family:"Times New Roman";

mso-ansi-language:#0400;

mso-fareast-language:#0400;

mso-bidi-language:#0400;}

Doze vereadores e cinco ex-vereadores de Guarulhos foram denunciados à Justiça, na terça-feira (20/7). Eles são acusados de desvio verba destinada ao pagamento de despesas de gabinete. O delito, de acordo com a denúncia, era feito por meio de um esquema de notas frias.



De acordo com a denúncia, durante a legislatura de 2005 a 2008, eles se apropriaram de pelo menos R\$ 584 mil. O valor fraudado era contabilizado como pagamento de verba indenizatória. O benefício foi instituído pela Câmara, na época, para cobrir gastos com funcionamento e manutenção das atividades parlamentares, no valor de R\$ 5 mil por gabinete.

Os vereadores justificavam as despesas com notas fiscais e recibos frios fornecidos por um comerciante, nos anos de 2005 e 2006. O comerciante, que também foi denunciado, entregou aos vereadores 259 recibos de venda de selos, no valor de aproximadamente R\$ 390 mil. Para tanto, clonou o software utilizado pelas agências dos Correios e passou a falsificar recibos de venda de selos em sua residência.

Depois, o comerciante abriu uma papelaria e, durante dois anos, emitiu notas frias em nome dos vereadores no total de R\$ 195 mil. O comerciante cobrava 10% do valor dos recibos e notas frias emitidas e faturou pelo menos R\$ 58 mil com o esquema fraudulento.

Parte da documentação que comprovou o esquema foi obtida na última sexta-feira, quando promotores de Justiça cumpriram mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Eles recolheram documentos nos gabinetes e nas residências dos vereadores acusados, depois que a Câmara Municipal se recusou a enviar os dados solicitados pela Promotoria de Justiça da Cidadania.

A operação mostrou que o período em que se fez a fraude foi maior do que indicavam as investigações iniciais e permitiu identificar os documentos falsos enviados individualmente a cada vereador e a cada ex-parlamentar. Revelou-se, ainda, que o dinheiro resultante da fraude era repassado aos vereadores em dinheiro, o que impossibilitava a fiscalização.

Todos os 12 vereadores e os cinco ex-vereadores foram denunciados por formação de quadrilha, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e peculato. O comerciante foi denunciado por formação de quadrilha, falsificação de documento particular, peculato e emissão de nota duplicata simulada.

A Promotoria de Justiça da Cidadania continua a investigação em inquérito civil já em andamento e receberá os dados colhidos na operação de busca e apreensão para instruir eventual Ação Civil Pública a ser proposta contra os vereadores por ato de improbidade administrativa.

#### **Date Created**

21/07/2010